

Previsão: crescimento, só na agricultura.

1984 será um ano tão difícil para o País como foi 1983. E, se houver algum crescimento, será na área da agricultura. E, para que isso ocorra, é preciso que a produção primária continue no seu ritmo atual de área de plantio, colheita satisfatória, como tende a ocorrer, e que os preços se mantenham bons. Esta é a previsão do vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias Eletro-eletrônicas, Paulo Vellinho, que é favorável à recente medida adotada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), acabando com os subsídios à agricultura.

"Considero o subsídio como um instrumento perigoso em termos sociais, porque na verdade ele é um concentrador de renda para alguns privilegiados", assegurou Paulo Vellinho, defendendo apenas o subsídio para o trigo e petróleo. Na opinião do empresário gaúcho, as recentes medidas econômicas adotadas pelo governo vão provocar, a partir do segundo semestre do próximo ano, uma queda considerável da inflação. Ele acredita que o índice possa ficar em torno de 120 e 130% durante o próximo ano.

No entanto, Paulo Vellinho admite que essa meta do governo de combater a inflação provocará, no começo do ano, um arrocho da economia. Mesmo assim, entende que a recuperação da economia prevista para o próximo ano terá reflexos positivos no Brasil e o superávit comercial previsto de 9 bilhões de dólares será atingido. Vellinho justifica essa tendência com a estabilidade das taxas de juros no mercado internacional, queda do preço do petróleo em termos reais e a diminuição da importação deste produto pelo Brasil.

Compensação

O ministro Amaury Stábile, da Agricultura, voltou a sustentar on-

tem que os produtores, agora sem o benefício do crédito rural subsidiado, serão "compensados pelos valores dos preços mínimos". Ele disse que "a vantagem do subsídio, que beneficia alguns, será substituída pela vantagem do preço mínimo, que beneficia a todos", querendo com isso dizer que o governo garantirá preços satisfatórios para os produtos da próxima safra, 83/84.

Stábile não vê empecilhos, como a inevitável restrição das despesas públicas no próximo ano, para que a fixação dos preços mínimos agrícolas seja compensadora para os produtores. Afirmou inclusive, que essas despesas não estarão limitadas pelo orçamento monetário. "Dinheiro do Tesouro, isso sempre haverá", disse. Confia, também, numa expressiva safra agrícola no ano que vem.

— Não posso dizer 54 ou 56 milhões de toneladas de grãos, porque esses volumes só se conhecem ao certo quando os produtos já estão no armazém. Mas plantou-se este ano um milhão de hectares a mais no Centro-Sul, e esse aumento da área é uma garantia certa de aumento de produção em relação ao ano passado — explicou.

Sementes e mudas

O ministro esteve ontem em São Paulo para a inauguração da Coordenadoria Estadual de Produção de Sementes e Mudas — Ceprosem, um setor da Delegacia Federal de Agricultura que se responsabiliza



Paulo Vellinho

zará pelo registro e credenciamento dos produtos de sementes fiscalizadas. Para Stábile, esse novo organismo acabará favorecendo uma maior disponibilidade de sementes melhoradas, um insumo cada vez mais necessário, quando desaparece o crédito subsidiado e cresce a importância

da produtividade da cultura.

Um dos que saudaram a inauguração da Coordenadoria foi o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes, Ney Bittencourt de Araujo, considerado um dos empresários da área privada que mais se empenhou para conseguir essa medida do Ministério. O coordenador da Ceprosem, José Calil, disse que o órgão "tem caráter educativo e de promoção, que objetiva orientar, acompanhar e assistir às pequenas, médias e grandes empresas, sem nenhuma discriminação, interessadas na produção de sementes e mudas de elevado potencial genético e especificações biofísicas comprovadas".

Ao chegar para a solenidade de inauguração, ontem, o ministro Stábile foi apresentado e deu os parabéns ao novo secretário da Agricultura de São Paulo, Nelson Nicolau.

Acusações a Stábile

O presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Mário Städler de Souza, representante do setor no Conselho Monetário Nacional, voltou a criticar ontem a decisão do governo de eliminar o subsídio à agricultura, alertando para os

graves reflexos para o consumidor, que vai pagar mais caro pelos alimentos.

A crítica de Städler estende-se também à posição adotada pelo Ministro da Agricultura — que defendeu, na reunião do Conselho Monetário Nacional que eliminou o subsídio, a correção monetária de 95% mais 3%. Para Mário Städler "a proposta do ministro é praticamente a mesma do governo. E não cabe agora, a ele, afirmar que foi o único a votar contra o fim do subsídio".

Bastante irritado, Mário Städler disse que "esta afirmação do ministro, de que foi o único que votou contra o subsídio, não corresponde à verdade, pois como representante da agricultura no conselho sempre me positionei favoravelmente à manutenção dos subsídios". Para Mário Städler, "ao fazer estas afirmações o ministro me coloca em situação difícil diante de todos os agricultores, que confiam em mim como seu representante no CMN".

Städler explicou que, desde o Conselho Internacional de Crédito Rural, realizado no ano passado, todas as federações de agricultura têm defendido intransigentemente a manutenção do subsídio ao crédito rural, como ocorre em todos os países.